



O presidente do Republicanos Campinas, Aderval Fernandes Júnior

Republicanos defende ato pacífico em contraponto à militância radical

Em um cenário de acirramento e polarização política, agravado por discursos militantes que decretam o fim da era “paz e amor”, o Republicanos de Campinas adota uma postura conciliadora ao reforçar que o ato agendado para o próximo sábado (24) deve priorizar a civilidade. A diretriz repassada aos manifestantes é de cordialidade e respeito a todos os cidadãos, incluindo eventuais grupos divergentes. Organizado pela legenda em conjunto com sete partidos parceiros (PP, PL, MDB, Podemos, União Brasil, PSD e Novo), o encontro reunirá lideranças municipais e estaduais a partir das 10h, no Centro de Convivência. A iniciativa visa ampliar a vantagem eleitoral de Flávio Bolsonaro no município, buscando engajar os mais de 205 mil eleitores abstêmios do primeiro turno, quando o candidato somou 329.733 votos (52,07%) contra 241.972 (38,21%) do adversário petista.

“Elogio à Urbanidade” (Erasmus de Roterdã)

“Todos os partidos envolvidos na organização do ato concordam que a manifestação em Campinas em apoio à eleição de Flávio Bolsonaro deve ser realizada com alegria, responsabilidade e segurança”, pontua o presidente do Republicanos Campinas, Aderval Fernandes Júnior. A coligação aposta no diálogo direto nas ruas para reduzir o abstencionismo e consolidar a liderança da candidatura de Flávio Bolsonaro na cidade.

Cantinho dos Jequitibás: pintura de régua

Entre as sugestões de pauta enviadas recentemente pela prefeitura para a divulgação pela imprensa sobre os feitos da Administração encontra-se a renovação da pintura do medidor do nível de água na Av. Orosimbo Maia, “deixando as cores da sinalização mais vivas e facilitando sua visualização” da régua comunitária, “importante para monitorar cheia no córrego”. Segundo o comunicado, “a ação foi discutida na primeira reunião da Operação Chuvas de Verão 2026/2027, que reúne diferentes órgãos municipais”.

ROGÉRIO CAPELA/ PREFEITURA DE CAMPINAS



Pintura da régua está entre as sugestões de pauta do Executivo

“Nova Atlântida” (Francis Bacon)

Ainda de acordo com o comunicado, “a Secretaria de Serviços Públicos integra o comitê da operação, que reúne diferentes órgãos para alinhar medidas de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos”. Informa também que as régua “permitem acompanhar a elevação do nível da água e ajudam moradores e equipes de emergência a identificar situações de risco”.

PINGA-FOGO

Coeção política

A região de Campinas lidera as denúncias de pressão política no trabalho na 15ª Região do Ministério Público do Trabalho (MTP), que abrange o interior e o litoral norte de São Paulo. Das 123 queixas registradas no território da unidade até quinta-feira (22), 38 casos, o equivalente a 30,9% do total, ocorreram na área de Campinas.

Líder nas infrações

Os dados dizem respeito a toda a circunscrição da sede administrativa e não apenas à cidade polo, sem detalhamento individualizado por município. Na divisão da 15ª Região, Campinas superou Ribeirão Preto (19 casos), São José dos Campos (19) e São José do Rio Preto (18). Mas, a fatia da regional no total da 15ª Região variou nos últimos pleitos.

Em números

A regional campinense respondeu por 34,5% dos casos em 2022, alcançou 48,5% em 2024 e fixa-se em 30,9% na contagem atual divulgada pela instituição trabalhista. Os números expressam relatos recebidos e que dependem de apuração. A irregularidade ocorre quando empregadores usam a relação de trabalho para pressionar ou direcionar votos.

O que é assédio eleitoral

O crime ocorre por meio de ameaças de demissão, exigência de presença em atos ou promessa de benefícios vinculados a determinados candidatos, ideologias ou partidos. Mas, o ordenamento jurídico brasileiro assegura de forma integral a liberdade de convicção política e o sigilo do voto a todos os trabalhadores.

O que diz a lei

Porém, a legislação brasileira coíbe de forma rigorosa qualquer tipo de ingerência, intimidação ou constrangimento praticado por superiores diretos ou contratantes no ambiente de trabalho durante o pleito. A garantia protege o livre exercício da cidadania no emprego sem nenhum medo de sanções disciplinares.

Punição prevista

As empresas que praticam assédio eleitoral ficam sujeitas a sanções administrativas, pagamento de indenização por dano moral individual ou coletivo e ação civil pública. Além disso, os responsáveis podem responder criminalmente por coação eleitoral, sofrendo penas de reclusão e multa conforme a lei.



Projeto do prefeito Dário Saadi (Republicanos) foi aprovado pelo Legislativo

Construção prevê estagnação no Centro por outorga onerosa

Mercado e entidades criticam mudanças aprovadas pela Câmara

Por **Raquel Valli**

O setor da construção civil e entidades técnicas de Campinas criticam a aprovação do projeto do Executivo pela Câmara Municipal que altera a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo e fixa o Coeficiente de Aproveitamento Básico em um para toda a cidade, exigindo outorga onerosa à Prefeitura para qualquer construção acima da área do terreno. Isso porque a proposta fixa o Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) em 1 para toda a cidade, exigindo o pagamento de outorga onerosa para construções acima desse limite.

O presidente da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura (Area-Campinas), João Verde, afirma que a mudança atinge bairros consolidados e centrais como Cambuí, Taquaral, Jardim Proença e Norte-Sul, locais que permitiam construir de duas a cinco vezes a área do terreno sem a cobrança, prevenindo paralisação em novos empreendimentos centrais e desvio de investimentos para loteamentos novos em regiões periféricas.

Verde destaca a rejeição unânime das entidades técnicas e do mercado imobiliário, aponta a medida como legis-

lação arrecadatória aprovada em momento inoportuno e defende que o tema deveria ter sido debatido na revisão do Plano Diretor prevista para ser concluída entre o fim do próximo ano e o início de 2028, ressaltando que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano deu parecer contrário por contrariar as diretrizes vigentes.

OUTRO LADO

Em contrapartida, o vereador Luis Yabiku, vice-líder do governo, defende que a mudança busca unificar o processo e simplificar os cálculos para o cidadão.

A MUDANÇA

A nova regra padroniza o cálculo da outorga, fixa o prazo de 180 dias para processos em andamento, garante devolução integral de valores em cancelamento prévio de alvará e estabelece descontos para projetos específicos de habitação, uso misto ou fruição pública, preservando exceções para a Área de Proteção Ambiental, Termos de Acordo de Compromisso vigentes e edificações concluídas até 20 de dezembro de 2018. O projeto - aprovado em segundo turno - segue para sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos).